

A IDEOLOGIA BA'TH

E OS DIREITOS HUMANOS

por Basil Yousif

**A Ideologia Ba'th
e
os Direitos Humanos**

Basil Yousif

**A Ideologia Ba'th
e
os Direitos Humanos**

Publicado por:
Dar al-Ma'mun para tradução e publicação
Baghdad, Agosto de 1980

O direito à auto-determinação é a expressão da resposta dos povos ao desafio imperialista em todas as suas formas. Portanto, a introdução deste direito como um princípio básico nas relações internacionais harmoniza-se com o crescimento do movimento mundial de libertação e o aumento do número de Estados recém-independentes nas Nações Unidas.

Não é intenção deste estudo rever o desenvolvimento do conceito deste direito antes da assinatura da carta da ONU, na medida em que uma revisão é do domínio do direito público internacional.

Limitaremos o nosso estudo ao desenvolvimento deste direito, tal como é exposto na carta da ONU e à sua conexão com os direitos humanos.

Este direito é estabelecido por dois artigos da carta da ONU: o segundo parágrafo do Artigo 1.º e o Artigo 55.º.

O segundo parágrafo do Artigo 1.º, ao tratar dos fins das Nações Unidas, expõe o seguinte:

“Desenvolver relações amigáveis entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio de direitos iguais e de auto-determinação dos povos e tomar outras medidas adequadas para reforçar a paz universal”.

E o Artigo 55.º estabelece o seguinte:

“Com vista à criação de condições de estabilidade e bem-estar que são necessárias às relações pacíficas e amigáveis entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio de direitos iguais e auto-determinação dos povos, as Nações Unidas promoverão:

a) mais altos níveis de vida, emprego pleno e condições de progresso e desenvolvimento económico e social;

b) soluções de problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e correlativos; e cooperação internacional a nível cultural e educacional, e

c) respeito universal por, e observância de, direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.

Porque a cláusula do direito à auto-determinação na Carta da ONU é considerada uma vitória para os povos, os estados imperialistas, que exerciam uma espécie de curadoria em relação à interpretação da Carta, limitaram a interpretação de auto-determinação quando especificamente afirmaram que ela não era mais que um princípio e não um direito, de modo a despi-la de qualquer carácter de obrigatoriedade.

Os estados imperialistas impediram a inclusão do

direito à auto-determinação nos capítulos 11, 12 e 13 da Carta, que dizem respeito à Autonomia e à Curadoria, porque isso teria conduzido à libertação de territórios confiados à curadoria desses estados.

Os mesmos estados recusaram igualmente incluir o direito à auto-determinação na Declaração dos Direitos do Homem, publicada a 12 de Dezembro de 1948.

Mas a Assembleia Geral da ONU publicou, a 4 de Dezembro de 1950, a sua Resolução n.º 421⁽⁵⁾, na qual se afirmava que o direito dos povos à auto-determinação é básico entre os direitos humanos e a Assembleia Geral pediu à Comissão dos Direitos Humanos que estudasse os caminhos e os meios que assegurariam o direito dos povos e nações à auto-determinação⁽¹⁾.

A Assembleia Geral confirmou a sua atitude quando promulgou a sua Resolução n.º 545⁽⁶⁾, a 5 de Fevereiro de 1952, que especificava que um artigo especial de consagração do direito dos povos à auto-determinação devia ser introduzido nos acordos dos direitos humanos⁽²⁾.

A 16 de Dezembro de 1952, a Assembleia Geral promulgou outra resolução, n.º 637⁽⁷⁾, pela qual considerava o direito dos povos à auto-determinação uma pré-condição para o exercício de todos os direitos humanos básicos⁽³⁾.

A ONU deu um passo histórico neste campo ao promulgar a declaração mundialmente conhecida como Declaração sobre a Garantia de Independência aos Paí-

ses e Povos Coloniais, n.º 1514, de 14 de Dezembro de 1960⁽⁴⁾.

Esta declaração contém os seguintes princípios:

1. A sujeição de povos ao domínio e exploração estrangeiros constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e constitui impedimento à promoção da paz e cooperação mundiais.

2. Todos os povos têm direito à auto-determinação; em virtude deste direito, eles determinam o seu estatuto político e traçam livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

3. A insuficiência de preparação política, económica, social ou educacional não deverá nunca servir de pretexto para protelar a independência.

4. Toda a acção armada ou medidas repressivas de qualquer espécie dirigidas contra povos independentes devem cessar, a fim de lhes permitir exercer em paz e liberdade o seu direito à independência completa, e a integridade do seu território nacional deve ser respeitada.

5. Serão tomadas medidas imediatas em territórios sob Curadoria e Não-Auto-Governados ou todos os outros territórios que ainda não atingiram a independência, para transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas, de acordo com a sua vontade livremente expressa, sem

qualquer distinção de raça, credo ou cor, a fim de permitir-lhes gozar de completa independência e liberdade.

6. Qualquer tentativa que vise à rotura parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial dum país é incompatível com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas.

7. Todos os estados observarão fielmente e estritamente as determinações da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a presente Declaração sobre a base da igualdade, não-interferência nos negócios internos de quaisquer estados e respeito pelos direitos soberanos de todos os povos e da sua integridade territorial".

A ONU não se limitou a essa resolução, mas executou-a, instituindo um comité para acompanhar a implementação da resolução 1514, para o que promulgou a resolução n.º 1654⁽¹⁶⁾ de 27 de Novembro de 1961, que providenciava para o estabelecimento dum Comité Especial de 17 membros, com vista-a pôr termo à colonização. Este Comité foi ulteriormente alargado para 24 membros por força da resolução n.º 1810⁽¹⁷⁾, tomada em Dezembro de 1962⁽⁵⁰⁾.

O Comité desempenha ainda as suas tarefas com vista à eliminação do imperialismo no mundo. Considera-se até este momento que a resolução n.º 1514 fornece as linhas mestras gerais para as actividades da

ONU em relação ao combate ao imperialismo e à liberdade das nações colonizadas.

Então, a ONU dirigiu a sua atenção para o aspecto económico do direito dos povos à auto-determinação e adoptou para este fim a resolução n.º 1803⁽¹⁷⁾, de 14 de Dezembro de 1962, relacionada com a soberania permanente sobre os recursos naturais⁽⁶⁾.

Quando a Assembleia Geral ratificou, em 16 de Dezembro de 1966, as duas convenções sobre os direitos humanos, civis e políticos, assim como os direitos humanos económicos, sociais e culturais, o Artigo Um de cada convenção continha a seguinte determinação⁽⁷⁾:

“1. Todos os povos têm direito à auto-determinação. Em virtude deste direito, determinam livremente o seu estatuto político e procuram livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

“2. Todos os povos podem, para os seus próprios fins, dispor livremente da sua riqueza e dos seus recursos naturais, sem prejuízo de quaisquer obrigações emergentes de cooperação económica internacional, baseada no princípio do benefício mútuo e do direito internacional. Em nenhum caso pode um povo ser privado dos seus meios de subsistência.

“3. Os representantes dos estados na presente convenção, incluindo os responsáveis pela administração dos territórios Não-Auto-Governados e sob Curadoria, promoverão a concretização do direito de auto-

determinação e respeitarão esse direito, em conformidade com as determinações da Carta das Nações Unidas”.

Posteriormente, todas as resoluções reguladoras dos direitos humanos, do desenvolvimento ou instituição do novo sistema económico internacional, vieram confirmar a importância do direito dos povos à auto-determinação como um pré-requisito essencial para o desenvolvimento.

O Artigo Três da Declaração, relativo ao Progresso e Desenvolvimento na Esfera Social n.º 2542⁽²⁴⁾, de 11 de Dezembro de 1969 estabelece que o que se segue deve ser considerado como as pré-condições para o progresso e desenvolvimento social:

“a) Independência nacional baseada no direito das nações à auto-determinação.

b) O princípio de não-interferência nos negócios internos das nações.

c) O respeito pela soberania territorial e integridade das nações.

d) Soberania permanente de todas as nações sobre os seus recursos naturais”.

A resolução da Assembleia Geral n.º 3201 (6.ª extraordinária) a 1 de Maio de 1974, referente à declaração de estabelecer o novo sistema económico internacio-

nal, contém uma provisão de que o direito dos povos à auto-determinação deve ser encarado como uma base para o novo sistema económico internacional.

O parágrafo 6 do Capítulo Um da convenção sobre os Direitos Económicos e Obrigações dos Povos considera a igualdade das nações e o seu direito à auto-determinação entre os principais alicerces das resoluções económicas internacionais (Resolução n.º 3281⁽²⁹⁾, de 12 de Dezembro de 1974).

As resoluções da ONU trataram de todas as questões relacionadas com a descolonização de um modo que reafirma a importância do direito dos povos à auto-determinação, como, por exemplo, nas questões da Palestina e África do Sul.

A Conferência da Cimeira Árabe, reunida em Bagdad em Novembro de 1978, reafirmou que o direito do povo palestino à auto-determinação deve ser a base para resolver a questão da Palestina.

Além disso, as resoluções da Conferência das Nações Não-Alinhadas continham importantes cláusulas relativas às relações entre o direito dos povos à auto-determinação e os direitos humanos. Referimo-nos em particular ao Parágrafo 244 da Resolução da Conferência das Nações Não-Alinhadas, reunida em Havana em Setembro de 1979, que estabelece que a questão dos direitos humanos individuais não pode ser separada da dos direitos dos povos.

Os Comités da ONU relacionados com o estudo dos direitos humanos interessaram-se especialmente por encarregar certos relatores de preparar estudos sobre o direito dos povos à auto-determinação.

Os últimos dois estudos publicados pelo sub-Comité para a Prevenção da Discriminação e da Protecção das Minorias, que está subordinado à Comissão dos Direitos Humanos, foram:

1. A implementação das resoluções da ONU a respeito do direito dos povos sob governo colonial à auto-determinação, pelo relator especial Hector Crossbilly, publicado em 1977⁽⁸⁾.

2. A evolução histórica e o desenvolvimento do direito dos povos à auto-determinação na base da Carta das N. U., pelo relator especial Erílio Christico, publicado em 1978⁽⁹⁾.

Ambos estes estudos mostram que se realizou um arranque positivo e progressista no conceito do direito dos povos à auto-determinação.

Enquanto a resolução n.º 1514 considera o colonialismo uma negação dos direitos humanos, a tendência internacional é agora encarar o direito dos povos à auto-determinação como uma das regras imperativas nas relações internacionais, cuja violação invalida qualquer acção ou acordo com ela incompatível.

Esta linha de pensamento foi adoptada pelo relator oficial Hector Crossbilly⁽¹⁰⁾. Foi também indirectamente

confirmada pela Conferência Internacional sobre o Combate à Discriminação Racial, reunida em Geneve de 14 a 25 de Agosto de 1978, visto que o parágrafo 29 da agenda declara o seguinte:

“A Conferência recomenda que o Instituto das Nações Unidas para Treino e Investigação organize um seminário internacional sobre o perigo da segregação racial, do racismo e da discriminação racial, assim como a realização da auto-determinação na lei internacional com particular atenção aos princípios de dessegregação e de auto-determinação como duas regras imperativas do Direito Internacional” (11).

Voltaremos mais tarde a este ponto em pormenor, quando estudarmos as principais linhas mestras do Partido.

Finalmente deve notar-se que os beneficiários do direito à auto-determinação, em matéria de independência e de fundação de estados, são os países colonizados; portanto, os seguintes são excluídos deste conceito:

1. As minorias étnicas, nacionais, linguísticas e religiosas que coexistam com o resto da população sem opressão ou pressão colonial. Os direitos colectivos de tais grupos limitam-se aos direitos culturais e à prática de ritos religiosos estipulados pelo Artigo 27 do Convénio dos Direitos Civis e Políticos.

2. O direito dos cidadãos a escolherem o seu sistema de governo, visto que este direito está relacionado

com os direitos dos cidadãos a participar na vida pública, de acordo com o Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Artigo 25 do Convénio dos Direitos Civis e Políticos. O termo “Estatuto Político” significa a liberdade do povo colonizado para estabelecer um estado independente ou para juntar-se a um já existente. Significa também a aquisição por um povo de personalidade internacional; não implica o tipo de regime a adoptar, seja uma monarquia, uma república ou outra coisa.

Os estudos e resoluções da ONU foram feitos ao longo destas linhas, com relevo para o estudo do Professor Erílio Christico (12).

Foram formadas organizações não-governamentais para defender os direitos dos povos, tais como a Associação Internacional dos Direitos dos Povos, que foi fundada pelo Professor Lilio Basso. Ela proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, publicada em Argel, a 1 de Julho de 1967. Contém numerosas decisões da ONU respeitantes ao direito à auto-determinação e à soberania dos povos sobre a sua riqueza natural, assim como aos direitos culturais e sociais e aos direitos das minorias.

Os Direitos dos Povos à Auto-Determinação na Ideologia do Partido Ba'th Árabe Socialista

O nascimento da ideologia do Partido surgiu num período da história em que as potências colonialistas ocupavam a maior parte das regiões da pátria Árabe e negavam ao povo Árabe o seu direito à auto-determinação.

Daqui que o interesse do Partido pelo direito do povo Árabe a lutar pela sua liberdade, assim como pelo seu direito à auto-determinação, tenha sido um dos seus pontos de partida fundamentais.

Isto torna-se evidente logo no primeiro dos princípios básicos da constituição do Partido, que estabelece o seguinte:

“Os Árabes são uma nação que tem o direito a viver num Estado único e a ser livre de dirigir os seus destinos”.

“Portanto, o Partido Ba'th Árabe Socialista considera que:

“1. A pátria Árabe é uma unidade político-económica indivisível e nenhuma região Árabe pode jamais encontrar as condições da sua vida isolada das outras regiões”.

“2. A nação Árabe é uma unidade cultural e todas

as diferenças que existem entre os seus filhos são transitórias, falsas e susceptíveis de desaparecer com o despertar da consciência Árabe”.

O Partido estabelece também um elo dialéctico entre a liberdade do indivíduo e o renascimento da nação Árabe e a sua liberdade, tal como ressalta do segundo princípio da Constituição:

“A nação Árabe é dotada de qualidades que se vêem claramente em sucessivos renascimentos. É caracterizada por uma fértil vitalidade, criatividade e pela capacidade de renovação e ressurgimento. O seu renascimento é sempre paralelo ao desenvolvimento da liberdade do indivíduo e à extensão da harmonia entre o seu desenvolvimento e o interesse nacional.

“Portanto, o P. B. A. S. considera que:

“1. A liberdade de expressão, a liberdade de reunião, a liberdade de culto e a liberdade de arte são sagradas e nenhuma autoridade pode suprimí-las.

“2. O valor dos cidadãos é avaliado depois de lhes serem dadas oportunidades iguais, de acordo com o trabalho que fazem para o progresso da nação Árabe e a sua prosperidade, sem atender a qualquer outra consideração”.

O terceiro princípio tem a ver com a mensagem cultural da nação Árabe e condena o imperialismo como um acto criminoso. Afirma que:

A nação Árabe tem uma mensagem imortal que apa-

rece em formas renovadas que se completam nas várias fases da História e visa revitalizar os valores humanitários, motivando o progresso humano e promovendo a harmonia e a cooperação entre as nações.

“Portanto, o P.B.A.S. considera que:

“1. O imperialismo e tudo o que com ele se relaciona é um acto criminoso que os Árabes combatem por todos os meios possíveis. Procuram, tanto quanto as suas possibilidades morais e materiais o permitem, auxiliar todos os povos que lutam pela sua liberdade.

“2 A humanidade é uma entidade colectiva com interesses, valores e culturais independentes. Os Árabes são alimentados pela cultura mundial pela cultura mundial e alimentam-na ao mesmo tempo. Estendem uma mão fraterna a outras nações e cooperam com elas com o objectivo de estabelecer sistemas justos, que garantam a prosperidade, a paz e a dignidade da moralidade e de espírito para todos os povos”.

À luz dos princípios expostos, as linhas mestras do Partido sobre o direito dos povos à auto-determinação podem ser reduzidas como se segue:

1. O direito dos povos auto-determinação é considerado uma base para os direitos do homem e uma regra imperativa nas relações internacionais.

2. Existe uma inter-relação dialéctica entre o direito de um povo à auto-determinação e a sua unidade nacional.

3. Existe uma relação dialéctica entre o direito de um povo à auto-determinação e os direitos sociais e económicos dos seus indivíduos.

4. Os povos têm o direito absoluto de dirigir os seus próprios assuntos e de explorarem eles próprios os seus recursos naturais.

5. O imperialismo e todas as actividades e ele aliadas são actos criminosos internacionais.

6. Os Árabes devem auxiliar os povos que lutam pela sua liberdade.

7. As nações constituem um grupo colectivo com laços de solidariedade para o bem da humanidade.

O Direito dos Povos à Auto-determinação é considerado uma base para os direitos do homem e uma regra imperativa nas Relações Internacionais

Desde que formulou os seus primeiros pensamentos, o Partido salientou que, com vista a criar uma civilização humana integrada, o direito dos povos à liberdade deveria ser a base de todas as relações entre nações.

Já em 1935 o Líder Fundador escrevia:

“Reclamamos a independência e a liberdade porque elas são, acima de tudo, rectas e justas, e porque são os meios de libertar os nossos grandes dons e capacidades criativas, pelo que podemos, nesta parte do mundo que é a nossa pátria, realizar o nosso objectivo, assim como o de todos os homens — uma humanidade perfeita”⁽¹⁵⁾.

Ao afirmar que a liberdade do povo é a fonte e a garantia de todas as liberdades, o Líder Fundador diz:

“Os Árabes possuem uma maior liberdade que é a fonte e a garantia de todas as liberdades parciais. É a liberdade nacional que lhes assegura a sua libertação da escravidão, a protecção da sua riqueza natural contra a pilhagem por estrangeiros e a humanidade do seu espírito face à distorção e a asfixia. É a liberdade que lhes permite tomar de novo o seu destino nas próprias mãos”⁽¹⁶⁾.

Na sua carta ao Seminário sobre os Direitos e as

Liberdades Básicas na Pátria Árabe, realizado em Bagdad de 18 a 20 de Maio de 1979, o camarada Ahmed Hassam al-Bakr tornou claro que o nosso aguerrido Partido sempre salientou que o usufruto pelos povos da sua liberdade e do direito à auto-determinação político-económica eram fundamentais para o exercício dos direitos humanos individuais, já que não podiam existir cidadãos livres numa nação que não era livre; e que o Partido, desde a sua fundação, tinha ligado de uma maneira distinta os direitos humanos individuais aos direitos dos povos e considerado que o progresso duma nação era proporcional ao crescimento da liberdade individual e à extensão da harmonia conseguida entre o seu desenvolvimento e interesse público”⁽¹⁷⁾.

O camarada Saddam Hussein reafirmou a importância da vontade dos povos nas políticas mundiais. “Quando falamos de políticas mundiais”, diz ele, “não nos devemos esquecer do seu factor básico e decisivo: a vontade dos povos... Há duas maneiras de liderar nas políticas internacionais: uma minimiza o impacto das políticas internacionais na luta nacional, o que está errado. A outra entrega as nossas cabeças nas mãos das políticas internacionais, e isso é desvio. É a vontade dos povos que desempenha o papel decisivo nas linhas mestras das políticas internacionais; os outros factores vêm a seguir”⁽¹⁸⁾.

Tendo salientado que a vontade dos povos é o factor

básico decisivo nas políticas internacionais, o Partido acentou ao mesmo tempo que se devia dar às massas um papel importante nas políticas locais e estabelecer um elo dialéctico entre as situações internacionais e as nacionais, de acordo com a sua visão global das relações da nação árabe com o mundo.

O Líder Fundador explicou isto recentemente, afirmando que:

“Existe uma relação dialéctica que não pode ser ignorada entre as situações locais e as nacionais por um lado, e as situações internacionais por outro. O mal básico das situações locais está no facto de muitos governantes negarem às massas o seu papel e refrearem a sua mobilidade pela repressão”⁽¹⁹⁾.

Isto significa que, na ideologia do Partido, relação entre os direitos do homem e as suas liberdades básicas por um lado, e os direitos dos povos por outro, não é uma relação subordinada e mecânica, mas dialéctica e mútua.

Isto é assim, porque o Partido não vê o povo dum ponto de vista parcial e regional, mas sim dum ponto de vista global e nacional. O direito do povo à auto-determinação, pelo que respeita aos Árabes, significa o usufruto da liberdade e da independência por todo o povo Árabe e não a limitação da liberdade a um nível regional. Nada exprime isto mais significativamente que o facto de o Partido ter ligado a liberdade e a unidade de uma maneira dialéctica.

Consequentemente, a concretização duma liberdade global para o povo Árabe, isto é, a concretização do direito da nação à auto-determinação, requer uma luta contínua por parte das massas em todas as regiões Árabes, assim como uma participação efectiva na condução desta luta.

Esta participação não pode ser alcançada sem que se permita às massas exercer os seus direitos e a liberdade pública sem repressão.

Um exemplo vivo deste relacionamento pela questão palestina e pela luta Árabe para concretizar o direito do povo Árabe palestino à auto-determinação.

O Líder Fundador explicou que a causa palestina é a essência da causa Árabe: é a essência da nação na sua actual situação de litígio com o imperialismo, o sionismo e a reacção. O seu remédio é também o remédio da sociedade Árabe — um remédio que só pode ser conseguido libertando a grande maioria do povo Árabe na nossa extensa pátria, emancipando as suas potencialidades da exploração, unificando a luta da nação para que a sua pátria, juntamente com todos os seus recursos, se torne realmente sua, e assim possa progredir e aprender, construir e inventar, e pôr-se a par das outras nações avançadas.

No Seminário sobre os Direitos Humanos e as Liberdades Básicas realizado em Bagdad de 18 a 20 de Maio de 1979, estes pontos foram discutidos com grande cla-

reza. O quinto parágrafo da Comunicação Final do Seminário diz o seguinte:

“Como o direito do povo Árabe palestino à auto-determinação é uma parte indivisível do direito da nação Árabe na sua terra Árabe, a libertação da Palestina é considerada uma responsabilidade colectiva a ser assumida pela nação inteira. Portanto, a dispensa do povo Árabe do seu dever nacional de libertar a Palestina só pode ser considerado quando este povo obtiver mais direitos e liberdades.

“O Seminário é de opinião que esta batalha intensiva pelos Árabes contra a entidade sionista não deve em caso algum ser tomada como pretexto para violar os direitos do cidadão Árabe e usurpar as suas liberdades básicas ou restringi-las”⁽²⁶⁾.

Deve ser salientado que esta ligação dialéctica no pensamento do Partido, entre os direitos do homem e os direitos dos povos, não prejudica o ponto já assente — isto é, que o direito dos povos à auto-determinação pela independência é um conceito que diz respeito exclusivamente a povos colonizados. Porque, para o Partido, a noção de povo Árabe abraça na sua totalidade todas as regiões Árabes; se algum segmento deste povo deixa de usufruir a independência política e económica, isto reflecte-se no resto das regiões Árabes dum modo que torna a sua independência, por sua vez, incompleta e também ameaçada.

Qualquer modificação do direito dos povos à auto-determinação nas relações internacionais é inaceitável. A partir do momento em que o Partido encara a vontade dos povos como um factor decisivo na política internacional, qualquer acção contrária a isto é considerada nula e sem efeito. Nada torna isto mais claro que o facto de o Partido ter considerado a violação do direito dos povos à auto-determinação, isto é, o imperialismo, um crime internacional, como a seguir mostraremos em pormenor.

A consequência lógica de considerar esta acção um crime é considerar o direito assim violado como parte da ordem pública internacional ou o que é conhecido como regra definitiva, *jus cogens*.

O acordo de Viena de 1977, no que respeita a tratados concluídos, ocupou-se do efeito resultante da contra-venção das regras definitivas internacionais, como estabelece o Artigo 53:

“Um tratado será considerado nulo e sem efeito se, na altura em que se concluiu, estava em conflito com alguma regra definitiva do direito público internacional. Ao cumprir tal tratado, entende-se por “regra definitiva de direito público internacional” qualquer regra aceite e reconhecida pela comunidade mundial como uma regra que não deve ser atenuada e não pode ser alterada, a não ser por uma regra subsequente do direito público internacional que tenha o mesmo carácter”.

A Comissão de Direito Internacional, ao discutir a Minuta do Acordo de Viena, em 1963, considerou o direito à auto-determinação para todos os povos uma forma de “regra definitiva” que foi apoiada pela Assembleia da ONU, quando discutiu o dito acordo na sua vigésima primeira sessão⁽²¹⁾.

Esta opinião foi perfilhada pelo professor Hector Crossbilly no seu estudo da Execução das Resoluções das N. U., no que respeita ao direito dos povos coloniais à auto-determinação, e foi apoiado nisto por muitas delegações, quando o estudo foi presente ao Sub-Comité da Prevenção de Discriminação e Salvaguarda das Minorias, nas sessões 29 e 30, e pela Comissão dos Direitos Humanos na sessão 34, em 1978.

Nesta base, qualquer acordo que contenda com o direito dos povos à auto-determinação é considerado nulo e sem efeito. Ainda temos um exemplo impressionante, no domínio internacional, nos acordos de Camp David entre o regime de Sadat e a entidade sionista, assim como os tratados de paz entre as mesmas partes.

A partir do momento em que estes dois acordos violaram os direitos do povo palestino à auto-determinação e pisaram ultrajantemente esse direito, são, do ponto de vista do Direito Internacional, completamente inválidos.

Esta linha de pensamento tem sido adoptada em estudos feitos sobre os já mencionados acordos e tam-

bém por resoluções tomadas por conferências e seminários internacionais e regionais, particularmente as não-governamentais. Algumas delas são mencionadas nas notas a este estudo⁽²⁷⁾.

A Ligação Dialéctica
Entre o Direito à Auto-Determinação
e a Unidade Nacional de um Povo
(A Relação Entre Liberdade e Unidade)

Uma segunda leitura do primeiro princípio da Constituição do Partido mostrará que o direito da nação Árabe à sua liberdade está ligado à sua unidade, visto que nenhuma região Árabe pode obter as suas condições de vida, isolada das outras regiões. Todas as diferenças existentes entre as crianças Árabes são transitórias e falsas. Desaparecerão com o despertar da consciência Árabe.

O arranque do Partido teve origem no facto objectivo, histórico e incontestável, de que os Árabes constituem uma nação. Qualquer tratamento da realidade Árabe existente tem que ser feito dentro desta estrutura fundamental e global, pois que o Partido considera a unidade nacional a essência da liberdade nacional. A nação Árabe é diferente de outros povos do Terceiro Mundo que sofreram o colonialismo. A nação Árabe sofre de fragmentação tanto como do imperialismo, que contribuiu para esta fragmentação, e tenta afincadamente solidificá-la. Esta fragmentação tornou-se um obstáculo que impede o povo de exercer a sua liberdade pela auto-determinação.

Esta singularidade na ideologia do Partido relativamente à ligação entre o direito à auto-determinação e a unidade nacional do povo implica um conceito distinto, sugestivo, de pensamento dialéctico, avançado e dinâmico.

O Partido apreendeu, a partir do seu exame geral, que a independência não pára nos termos formais da evacuação do colonizador de um dado país, mas que tal independência devia tornar-se um incentivo para a realização da estrutura lógica e natural que reflecte os climas nacionais que surgiram em virtude da luta contra o imperialismo. Por outras palavras, a criação de estados ou unidades que reflectem estas formações nacionais maiores reunidas em grandes unidades históricas.

A unidade nacional do povo é, portanto, vista como a consumação final da independência e da liberdade do povo, dado que o carácter nacional só pode ser alcançado pela unidade do povo, política e constitucionalmente dentro de um Estado.

O direito à auto-determinação não é mais que um meio para a moldagem do carácter nacional. Isto está de acordo com o Artigo segundo da resolução n.º 1514 da Assembleia Geral da ONU, aprovada em 1960, e também com o Artigo Primeiro do Convénio Internacional dos Direitos Humanos, ratificado pela Assembleia Geral em 16 de Dezembro de 1966, que declara que todos os povos têm direito à auto-determinação. Em virtude desse

direito, eles determinam livremente o seu estatuto político. Este estatuto político deve exprimir a personalidade nacional em todas as suas dimensões, a primeira das quais é a formação de um estado unificado.

**A Ligação Dialéctica Entre o Direito
à Auto-Determinação e
os Direitos Sociais e Económicos
(A Relação Entre Liberdade e Socialismo)**

O direito à auto-determinação, na opinião do Partido, está estreitamente ligada com a sua noção de liberdade dentro da relação entre o indivíduo e o Estado nos níveis político e social. O Partido, com a sua orientação progressista, é de opinião que a pátria Árabe e o Terceiro Mundo defrontam inúmeros desafios aos seus mundos sociais e humanos. Mas todos estes desafios, no próprio Terceiro Mundo, podem reduzir-se a dois básicos: o desafio do imperialismo, que é um desafio exterior, e o desafio do atraso, que é interno, e ambos estão mútua e dialecticamente relacionados.

Comparando estes dois desafios no que respeita à sua capacidade de fazer surgir reacções e de motivar as potências do Terceiro Mundo, assim como a sua história, o desafio exterior torna-se, necessariamente, e até à sua total eliminação, o principal estímulo de resposta, melhor dizendo, de consciência da existência do outro desafio.

O Partido foi o primeiro movimento a pôr a causa nacional, isto é, a luta do povo Árabe pela liberdade, no

centro da realidade, fazendo da questão social o nó da revolução nacional e fazendo da revolução social a verdadeira expressão da revolução nacional. Este movimento levantou a questão da liberdade em todas as suas dimensões: libertação do imperialismo e das potências estrangeiras, juntamente com a sua influência e exploração em todas as formas e libertação de dentro para fora, o que abrange uma diversidade de aspectos, políticos, sociais e intelectuais. O Partido considerou o nacionalismo Árabe sinónimo da vida do povo Árabe, com todos os seus problemas políticos, económicos e intelectuais. Ao mesmo tempo, o nacionalismo Árabe significa revolução contra o atraso e a injustiça social⁽²³⁾.

Esta ligação dialéctica entre a luta nacional — que exprime o direito à auto-determinação em movimento — e a luta de classes — que exprime os direitos económicos e sociais também em movimento — dá ao direito de auto-determinação um carácter peculiar para o Terceiro Mundo em geral, e para a pátria Árabe em particular.

Gostaríamos de referir-nos com completa objectividade a este mesmo elo entre a luta nacional e a de classes ou entre o direito à auto-determinação e o direito social e económico que o Partido sempre tem reclamado desde o seu começo e que tem sido um ponto de discórdia entre o Partido e as ideologias marxistas, que se concentram na luta de classes, com exclusão da luta nacional. A ideia deste elo foi adoptada pela comunidade mundial

em 1966, quando a Assembleia Geral da ONU publicou os dois Convénios Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e Direitos Económicos, Sociais e Culturais na Resolução n.º 2200, de 16 de Dezembro de 1966; coroou ambos estes Convénios com o Artigo Um, que reafirma o direito dos povos à auto-determinação, seguido por artigos referentes aos direitos sociais, económicos e culturais.

Ao rever os trabalhos preparatórios do comité encarregado da redacção dos dois convénios, é evidente que houve uma insistência na ligação entre o direito à auto-determinação e os direitos sociais e económicos. Houve similar insistência ao considerar o direito à auto-determinação uma prévia-condição fundamental e essencial para os direitos sociais e económicos⁽²⁴⁾.

Seminários sobre o estudo dos direitos humanos realizados em países em desenvolvimento reafirmaram este elo dialéctico: por exemplo, o Seminário realizado em Kabul (Afeganistão), de 12 a 15 de Maio de 1964⁽²⁵⁾.

Os Direitos Absolutos dos Povos a Explorar os Seus Recursos Naturais

O parágrafo 3 do primeiro princípio da Constituição do Partido afirma o direito dos Árabes de gerirem os assuntos da sua pátria e de disporem da sua riqueza e dirigirem os seus destinos.

O Partido considerou o aspecto económico do direito dos povos à auto-determinação, isto é, o direito dos povos a disporem dos seus recursos naturais, pré-requisito para a libertação do colonialismo. Isto porque a independência económica se considera igual em importância à independência política e seu complemento. Sem independência económica real, a independência política perde a sua base e significado mais importantes: estará sempre em perigo⁽²⁶⁾.

A comunidade mundial estava consciente deste facto no princípio da década de 60, quando a Assembleia Geral da ONU promulgou a sua Resolução n.º 1803, de 14 de Dezembro de 1964, respeitante à soberania sobre os recursos naturais.

Foi também afirmado no segundo parágrafo do Artigo Um de cada um dos Convénios sobre Direitos Humanos que “todos os povos podem, para seus próprios fins, dispor da sua riqueza e recursos naturais, sem prejuízo para quaisquer obrigações provenientes da

cooperação económica internacional baseado no princípio de benefício mútuo e no Direito Internacional.”

Cláusula semelhante foi incluída no Artigo 8 da Proclamação Universal dos Direitos dos Povos emitida em Argel, em Julho de 1976.

Não contente com o facto de ter precedido a ONU na relevância dada ao aspecto económico do direito dos povos à auto-determinação, o Partido foi mais longe com a sua aplicação prática, ao nacionalizar no Iraque as companhias estrangeiras monopolistas de petróleo. O Iraque, de facto, tomou a primeira medida histórica bem sucedida para restabelecer os direitos legais do povo, ao assumir a decisão histórica de nacionalizar estas companhias a 1 de Junho de 1972.

A experiência do Iraque no campo da nacionalização do petróleo e na sua exploração nacional é considerada uma experiência pioneira nos países do Terceiro Mundo, relativamente à implementação do direito dos povos à auto-determinação, a despeito de todas as tentativas e intrigas do imperialismo mundial.

Ainda sobre este assunto, devemos referir-nos a certos parágrafos do discurso do Camarada Ahmed Hassan al-Bakr em 1 de Junho de 1972, quando anunciou a decisão de nacionalizar o petróleo:

“É indiscutível que a essência da política colonialista contra o povo Árabe foi baseada em infames interesses materiais... que visavam apoderar-se da riqueza da

pátria Árabe, em especial do petróleo e dos recursos minerais e converter estes recursos em rendimentos para os interesses imperialistas e para as companhias monopolistas imperialistas. Esta política de saque e agressão continuou e, com ela, continuaram a consagração da fragmentação nacional, a destruição dos interesses fundamentais das massas Árabes e a consolidação da existência imperialista e sionista na Palestina Árabe, no Golfo Árabe e em todos os lugares poluídos por invasores agressivos...

“Estamos cientes de que as companhias de petróleo são perigosos instrumentos que corporizam o comportamento imperialista, o comportamento da pilhagem e da exploração capitalista e a negação das massas. Sempre foram um símbolo e sinal de dominação colonialista, enquanto se tornou evidente para além de qualquer dúvida, que qualquer libertação nacional autêntica permanece incompleta sem impor os pré-requisitos da soberania nacional sobre essas companhias, que se comportam de acordo com o carácter colonialista em conflito com os interesses das massas e com o espírito da nossa época e o curso da história. Estas companhias consideravam-se um Estado dentro do Estado...

“Foi confirmado às massas combatentes, através da sua experiência e prática de luta, que pôr fim ao domínio das companhias petrolíferas monopolistas é assegurar a soberania nacional e a independência económica,

que formam a essência tangível da independência política...

“Assim a libertação nacional se exprimiu numa equação básica: é a equação da confrontação com as companhias petrolíferas e a libertação da riqueza mineral e petrolífera explorando-as a nível nacional, medida que reforça os interesses materiais e nacionais deste país.”⁽²⁷⁾

O Imperialismo é um Acto Criminoso

O primeiro parágrafo do Terceiro Princípio da Constituição do Partido afirma que:

“O imperialismo, assim como tudo que com ele se relacione, é um crime que os Árabes devem combater por todos os meios possíveis. Eles procuram, tanto quanto o permitem as suas possibilidades morais e materiais, auxiliar todos os povos que lutam pela sua liberdade.”

A caracterização do imperialismo, na ideologia do Partido, como um acto criminoso, revela uma compreensão absoluta dos antecedentes da era colonialista em que os povos do Terceiro Mundo viviam e dos seus efeitos sobre o seu futuro.

Embora a Resolução n.º 1514, de 1960, considerasse o colonialismo uma negação dos direitos humanos, essa caracterização não mostrava a extensão do perigo, para a humanidade, do fenómeno colonialista no mundo. A equação do imperialismo com actos criminosos por parte do Partido não foi feita ao acaso. Foi feita após análise científica ciente dos perigos do colonialismo e ciente do facto de que o colonialismo não era apenas o mais alto grau do capitalismo.

Provas factuais demonstraram a verdade da classificação, por parte do Partido, do colonialismo como acto

criminoso. O direito e a jurisprudência internacionais adoptaram literalmente este ponto de vista. O parágrafo 57 do estudo do Professor Crossbilly sobre a implementação das Resoluções da ONU no domínio da auto-determinação afirma que:

“O direito internacional considera, corrente e geralmente, o imperialismo um crime internacional, expressamente reconhecido como tal.”

Também a Comissão do Direito Internacional aprovou em 1976 um projecto de regras relativas à responsabilidade do Estado. Contém um artigo que considera crime internacional “a grave violação dum compromisso internacional que tem fundamental importância para salvaguardar o direito dos povos à auto-determinação.”

As origens deste artigo remontam ao projecto do Professor Robertuago, com uma ligeira modificação na redacção (28).

Gostaríamos de observar aqui que o pensamento do Partido não considerou só o colonialismo, na sua forma convencional, um acto criminoso; ampliou este conceito por forma a abranger tudo o que se relaciona com o imperialismo e, acima de tudo, o racismo em geral e especialmente o da entidade sionista e o do regime racista da África do Sul.

O sionismo já não carece de mais provas para demonstrar o seu racismo e a sua hostilidade à humanidade, desde que foi publicada a Resolução de 1975 da

ONU. Ela considera o sionismo uma forma de racismo.

Voltaremos ao estudo do racismo, tal como o encara o pensamento do Partido num capítulo subsequente.

Já mostrámos que a caracterização por parte do Partido do direito dos povos à auto-determinação como regra definitiva no Direito Internacional se apoia numa consideração básica, que condena como criminoso qualquer acto que viole este direito e considera o imperialismo um crime internacional.

Ao encarar o imperialismo como um crime internacional, o Partido antecipou-se à comunidade mundial cerca de trinta anos!

Os Árabes Deveriam Ajudar os Povos na Sua Libertação

Sendo um movimento dum povo oprimido, o Movimento Nacional Árabe não pode deixar de considerar-se sempre uma parte indivisível do movimento de luta de todos os povos contra o colonialismo. O povo Árabe é constantemente *impelido por uma vontade decidida* a participar, positiva e activamente, a combater o colonialismo em todas as suas formas em todas as partes do mundo e a levar auxílio a todos os povos que lutam contra o imperialismo⁽²⁹⁾.

Temos de esclarecer aqui que o PBAS não é apenas mais um partido convencional. É, sim, um movimento de libertação, que representa as aspirações do povo Árabe em matéria de libertação, unidade e socialismo e que toma parte na luta contra o imperialismo, através da solidariedade com todos os povos do mundo que lutam pela sua liberdade.

Por esta razão o Partido acentuou a solidariedade com os movimentos mundiais de libertação, considerando-os representativos dos povos que lutam pela sua liberdade.

Na sua carta à Conferência Internacional Não-Governamental sobre a Discriminação racial, reunida

em Genebra em Agosto de 1977, o Camarada Ahmed Hassan al-Bakr, dizia:

“Se as tendências imperialistas e os regimes racistas se juntam de acordo com a sua natureza agressiva e os seus objectivos, que são hostis aos povos, e se trocam entre si todas as formas de apoio, assistência e cooperação, compete aos inimigos do imperialismo, do sionismo e da reacção e a todos aqueles que denunciam o racismo e a discriminação racial, unir os seus esforços com todas as forças mundiais do bem e da paz e aumentar a sua força através da solidariedade com os povos contra os quais se pratica a discriminação racial. Deveríamos apoiar fortemente os movimentos nacionais e patrióticos de libertação destes povos, a fim de liquidar os últimos vestígios do domínio racista e da discriminação racial.”

Salienta-se que a ONU, adoptou várias resoluções, em 1973 e 1974, graças às quais os representantes dos movimentos de libertação da África e da Palestina foram admitidos nas Nações Unidas como observadores.

A ONU reconheceu igualmente a legitimidade da luta armada para a libertação dos territórios ocupados. O Conselho Económico e Social promulgou uma resolução a 31 de Julho de 1977, em que apelava aos estados para que levassem apoio e assistência aos povos que lutavam pela sua independência.

Estas resoluções são prova da perspectiva humanitária e amante da liberdade por parte do Partido e da sua

participação no movimento de libertação mundial, de uma forma que se antecipou à comunidade mundial.

Finalmente, gostaríamos de afirmar que a assistência do Partido aos povos em luta foi prestada incondicionalmente. O Partido prestou auxílio moral e material aos povos em luta pela sua liberdade. Não neccssitamos de apresentar provas estatísticas deste facto.

Por assistência queremos dizer aqui o auxílio dado apenas aos países não-Árabes, pois que o Partido considera a libertação das regiões Árabes como incluída na sua personalidade nacional; por isso o seu compromisso com os países Árabes não figura sob o título de “assistência”.

A posição do Partido face à causa central dos Árabes, a Palestina, não pode ser minimizada por ninguém. A Palestina é encarada como o nó da luta do Partido. Ele dedicou-lhe todas as suas energias dentro do verdadeiro curso de acção libertadora. O Líder Fundador afirmou o seguinte em relação à causa palestiniana:

“A causa palestiniana constitui a essência da causa Árabe: é a essência da nação no seu actual confronto com o imperialismo, o sionismo e a reacção. O seu remédio é também o remédio da sociedade Árabe, — um remédio que só pode conseguir-se libertando a vasta maioria do povo Árabe na nossa imensa pátria, emancipando as suas potencialidades da exploração, unindo-se à luta da nação de modo que a sua pátria, juntamente

com todos os seus recursos se torne realmente sua, de modo que ela possa progredir e aprender, construir e inventar e estar a par das outras nações avançadas.”⁽³⁰⁾

Os Povos Formam um Grupo que se Mantém Solidário Para o Bem da Humanidade

O Partido ligou, no seu pensamento, a luta do povo Árabe à de outros povos, para o bem da humanidade. Pôs o princípio da solidariedade positiva em contraste com a solidariedade negativa que existe entre a colonização e o imperialismo contra os interesses dos povos.

Na sua reclamação de libertação do povo Árabe, o Partido não se inspira em princípios tacanhos, “chauvinistas” ou fanáticos. Pelo contrário, considerou esta libertação um passo na direcção de realizar aquilo que é bom e humanitário para a comunidade mundial.

A este respeito, eis o que diz o Camarada Shibly Al-Aissamy:

“Nas suas experiências de luta contra o colonialismo e contra todas as formas de injustiça e exploração do mundo e ao expor os fins da nação Árabe, o Partido acentua os laços apertados da nação e do Partido com objectivos e valores humanitários, tanto mais que considera que os objectivos nacionais e humanitários formam entre si uma unidade integral. Qualquer tentativa para os separar não só os enfraqueceria, mas destruí-los-ia e privá-los-ia da capacidade de sobrevivência e crescimento”⁽³¹⁾.

O Líder Fundador ausculta as profundezas da cooperação necessária entre as nações e diz:

“As verdadeiras necessidades profundas de qualquer nação, em particular da nossa nação nas suas actuais condições nesta fase histórica, exigem forçosamente cooperação baseada em sólidos alicerces e uma clara direcção com outras nações, ou, para ser exacto, uma forma internacional de cooperação em que a nação Árabe tenha um papel activo. Temos mantido a crença de que partir do interior para o exterior é o caminho certo e não o inverso. Forçar os povos e as nações a servir um sistema imposto de cima e de fora continua a ser, em larga escala, uma prática efectiva e, nas condições actuais do mundo, sejam quais forem as restrições, uma forma de levar essas nações e povos a servir os interesses e programas da nação em que o sistema está concretizado.

“Por isso eu disse que a nossa ambição não se limita a desalojar os colonialistas da nossa terra e a refrear os exploradores que nela vivem. Não se limita a assegurar a liberdade e a prosperidade para o povo. Estes são apenas meios de libertar o génio da nação em direcção à criatividade, a caminho da participação em suportar os fardos da humanidade.

“A luta dos povos contra o imperialismo, especialmente a luta da nação Árabe, que constitui hoje a maior potência do Médio Oriente, não teria sido tão enérgica e

tão eruptiva nem teria conquistado o apoio das massas Árabes e a simpatia dos povos do mundo, se se tivesse baseado apenas no ódio aos estrangeiros e no mero desejo de se ver aliviada da dominação estrangeira. A sua força real está nas finalidades positivas que fervilham na alma de cada Árabe, que precipita o curso do tempo para poder realizá-las para o seu próprio bem e para o bem do mundo.

“Quase não há qualquer semelhança entre nós e o Ocidente. O Ocidente nunca passou pelas tragédias e sofrimentos, pela sujeição ao colonialismo e a fragmentação, etc., como nós. Os movimentos nacionalistas do Ocidente nasceram em circunstâncias diferentes, acompanhados por aspirações e desejos de descobrir novas riquezas, novas leis científicas. Foram perseguidos, desde o seu nascimento, pelo expansionismo e pelo autoritarismo. Mas o nosso movimento nacionalista nasceu como uma resposta altamente humanitária à injustiça cometida pelo homem contra o homem... como uma resposta ao destino humano como um todo. É um fruto amadurecido por todos os sofrimentos que suportámos, como se fosse em nome de todos os povos da terra... É altamente improvável que acabemos onde o Ocidente acabou.”⁽³²⁾

Este diagnóstico exprime o espírito da Carta da ONU, que estipula que as nações inter-actuem espontaneamente e não através de um sistema que lhes seja

... de cima. Tal conceito implica uma participação humanista positiva na criação duma comunidade internacional livre da exploração e fundada na igualdade real entre povos.

Finalmente, gostaríamos de referir-nos ao Artigo 22 da Constituição do Partido, que declara que a política externa Árabe deve ser inspirada pelo interesse nacional e pela mensagem imortal dos Árabes que visa a participação com outras nações em criar um mundo harmonioso e livre na senda do progresso. O Artigo 25 destaca o desejo verdadeiro dos Árabes deverem todas as nações disfrutar com eles a liberdade.

Estas são algumas das luzes sobre o pensamento do Partido em relação ao direito dos povos à autodeterminação. Pode dizer-se objectivamente que elas indicam um corpo de doutrina progressista e de largo espectro para o desenvolvimento da sociedade Árabe e das suas relações com a comunidade internacional, dentro de horizontes humanísticos. Em muitos pontos e teses básicos, tem estado à frente da comunidade internacional.

O Camarada Elias Farah explica isto, dizendo:

“O mundo novo que emergiu da Segunda Guerra Mundial começou a procurar uma nova civilização, o que acentuou a grande necessidade Árabe do nascimento duma nova ideologia com horizontes culturais que englobam o movimento global de mudança na sociedade humana.

“Por outras palavras, esta ideologia deveria ter uma visão global do Homem, da Sociedade e do Mundo. A ideologia apresentada pelo Partido foi uma expressão das necessidades dum período histórico como um todo e da aspiração da nação Árabe. Daqui que tenha tido uma dimensão nacionalista, que transcende o espaço fragmentado, e uma dimensão futura, que transcende o presente imediato. Tem também consciência de que a compreensão das dialécticas da experiência Árabe depende da descoberta do movimento da realidade actual e da luta Árabe, através da rede de contradições no período actual. Uma visão genuína e lúcida não pode ser uma fórmula ideológica concebida antes da experiência ou uma teoria pré-estabelecida, externa à estrutura da realidade imediata e divorciada dos factos do presente e do passado.

É uma doutrina universal que é concebida e formulada, que cresce e se desenvolve, a par com o desenvolvimento da realidade actual e da acção nacional”⁽³³⁾.

NOTAS

- (1) Panfleto em francês sobre as actividades da ONU no domínio dos direitos humanos. 1973, p. 26.
- (2) *Ibid.*, p. 27.
- (3) *Ibid.*, p. 28.
- (4) A Enciclopédia dos Direitos Humanos, editada por Mohammed Tawfiq. Cairo, 1970, p. 75.
- (5) Op. cit. 1, p. 32.
- (6) A Enciclopédia dos Direitos Humanos, p. 97.
- (7) *Ibid.*, p. 17.
- (8) "A implementação das Resoluções da ONU relativas ao Direito dos Povos Coloniais à Auto-Determinação", pelo Relator Especial Hector Crossbilly, N.º E/CN/4/Sub. 2/090.
- (9) "O Crescimento e o Desenvolvimento Histórico do Direito dos Povos à Auto-Determinação", baseado na Carta da ONU e outros documentos, pelo Relator Especial Erilio Cristico, N.º E/CN/4/Sub. 2/404.
- (10) Op. cit. 8, p. 17.
- (11) "O Relatório da Conferência Internacional para Combater o Racismo e a Discriminação Racial". Genebra, Agosto de 1978, p. 27.
- (12) Op. cit., p. 110.
- (13) "A Proclamação de Argel a respeito dos Direitos dos Povos". 4 de Julho de 1976.
- (14) "A Luta do Ba'th", Vol. 4, p. 25.
- (15) Michel Aflaq, "Para a Causa do Ba'th", ed. de 1975, p. 6.
- (16) Michel Aflaq, "Sobre Política Árabe" — 1964-1948.
- (17) Carta do Camarada Ahmed Hassan al-Bakr no Seminário sobre Direitos Humanos e Liberdades Básicas na Pátria Árabe, Bagdad, 18-20 de Maio, de 1979.
- (18) Camarada Saddam Hussein, "A Nossa Luta e a Política Internacional", p. 29.
- (19) Declaração de Michel Aflaq, jornal "Athawra", n.º 3491, de 26-10-79.
- (20) O anúncio de conclusão emitido pelo Seminário.
- (21) Op. cit., 8, p. 18.

- (22) 1. A Resolução aprovada pelo Encontro do Comité dos Juristas Democráticos, realizado em Bagdad, em Março de 1979, e o estudo apresentado a esse encontro.
2. O Seminário de Paris sobre os Direitos do Povo Palestino, 29-9-1979.
3. § 6 das Resoluções do Seminário sobre Direitos Humanos e Liberdades Básicas na Pátria Árabe. Bagdad, Maio, 1979.
- (23) Michel Aflaq, "Para a Causa do Ba'th", p. 248.
- (24) A Comissão dos Direitos Humanos na ONU, em francês.
- (25) Relatório do Seminário sobre os Direitos Humanos nos Países em Desenvolvimento. Kabul (Afeganistão), 12-15 de Maio, 1964.
- (26) O Relatório Político do Oitavo Congresso Regional no Iraque.
- (27) Ver Discurso pelo Camarada Ahmed Hassan al-Bakr. 1-6-72.
- (28) Op. cit., 8, p. 19.
- (29) Os Pontos de Partida do Sexto Congresso Regional. Outubro, 1963, p. 55.
- (30) Michel Aflaq, "O Ponto de Partida", p. 84.
- (31) Shibly Al-Aissemy. "Os Horizontes Humanitários no Pensamento e na Luta do Ba'th" — Revista Afaq Arabiah, Abril de 1978, p. 13.
- (32) Selecções das afirmações do Fundador do Ba'th, p. 70.
- (33) Dr. Elias Farah. "A Filosofia Ba'th" — Revista Afaq Arabiah, Abril de 1977.

Bagdad, Agosto de 1980.

ايدولوجية البحث وحقوق الانسان

بقلم : باسيل يوسف

اصدار : دار المأمون للترجمة والنشر

وزارة الثقافة والاعلام

بغداد ١٩٨١

رقم الايداع في المكتبة الوطنية ١٢٧٥ لسنة ١٩٨١

الطبعة البرتغالية